



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140750 - RJ (2021/0000527-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
RECORRENTE : GESSILDA TAVARES NETO
ADVOGADOS : LUCAS LIMA RIBEIRO - DF024950
ELIANA TAVARES MACHADO DE OLIVEIRA - RJ168196
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUIZ CARLOS DA SILVA NETO e GESSILDA TAVARES NETO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O julgado teve a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. Obrigação de pagar quantia certa reconhecida em título executivo judicial. Suspensão da validade dos passaportes dos devedores e de vedação a expedição de outros. Medida forte de indução ao convencimento, mas inserida na janela discricionária do art. 139, do CPC, à luz das circunstâncias do caso. Ato da autoridade judicial que não pode ser considerado ilegal ou fruto de abuso de poder. Dosimetria refinada da intensidade do ato, ou seja, o mero juízo de oportunidade e conveniência, não pode ser feito em sede de *habeas corpus*, havendo, para tanto, os recursos previstos no Código de Processo Civil. Ordem denegada.

Sustentam os recorrentes que "a suspensão dos passaportes emitidos em nome dos recorrentes e, ainda, a vedação de que outros fossem expedidos tem o condão de ameaçar de forma direta e imediata o direito de ir e vir dos mesmos, pois os impede de se locomoverem" (fl. 82).

Aduzem que "a decisão que autorizar a utilização de medidas coercitivas indiretas deve observar o direito fundamental do cidadão de modo que sua aplicação não cerceie princípios mais elementares do Estado Democrático" (fl. 92).

Anotam que o *fumus boni iuris* "está consubstanciado no fato de ter sido cerceado o direito do paciente Luiz Carlos de estar com sua família, ou seja, de estar no seu ambiente familiar, visto que sem passaporte não poderá visitá-los" (fl. 98).

Destacam, ainda, que a segunda recorrente, que mora nos Estados Unidos,

"não poderá exercer no exterior os direitos mais simples da vida civil, como comprar alimentos, se locomover, ou comparecer a seus estudos, uma vez que nenhum desses direitos são garantidos a estrangeiros que sequer possuem passaportes" (fl. 98).

Requerem, ao final, a concessão da medida liminar para determinar a imediata revogação da decisão que suspendeu a validade dos passaportes dos recorrentes" (fl. 99).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito de liminar em regime de plantão. Saliento que as Turmas de Direito Privado desta Corte adotam entendimento no sentido de ser lícita e possível a adoção de medidas executivas indiretas, como apreensão do passaporte.

Ademais, considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente